

# Lugar da missão em Aparecida

Por Paulo Suess

## I. Contextualização da V Conferência

Missão e missionariedade, como pano de fundo, vão ganhar destaque na V Conferência do Episcopado da América Latina e do Caribe. O encolhimento do catolicismo no Brasil e, por tabela, na América Latina, com a perda de 1% de adeptos a cada ano, enquanto aqui os mórmons, por exemplo, cresceram nos últimos seis anos 460%, levou as instâncias responsáveis a escolher o Brasil como país e Aparecida como lugar para a realização desse evento.[1] Alguns setores esperam, com o imaginário de Nossa Senhora Aparecida e com a missão concebida como marketing mais agressivo, reverter a tendência do retrocesso estatístico. Nessa perspectiva, a missão seria apenas um tema estratégico em torno de preocupações estatísticas. Mas a preocupação maior, que corresponde à natureza missionária da Igreja, deve girar em torno da possível perda da qualidade ou funcionalidade de nossa presença missionária no meio do povo. Qualidade e funcionalidade implicam olhares diferentes, porém têm também pontos de convergência.

Na economia, o conceito de crescimento tornou-se palavra-chave. É importante ressaltar que não podemos simplesmente transpor esse conceito para o campo religioso. Mas, nos pontos extremos da escala crescimento–decréscimo, o fator quantitativo transforma-se num dado qualitativo. Igrejas vazias seriam também um indicador qualitativo. Mostrariam que nem os pobres estão mais conosco, contrariando a previsão de Jesus: “Pobres sempre tereis convosco” (Jo 12,8). Da mesma forma, o contentamento com a existência eclesial como “pequeno rebanho” pode revelar um aspecto elitista em contraste com a universalidade da missão (cf. Lc 12,32). Tudo isso são apenas tendências e possibilidades. A realidade da Igreja latino-americana é muito mais complexa, o que dificulta a construção de um consenso pastoral. Afinal, o êxodo eclesial aponta para o excesso ou para a falta de radicalidade evangélica (cf. Jo 6,67)? Em dois aspectos, no campo econômico e no campo ético, as comunidades evangélicas que acolhem os migrantes católicos não facilitam a vida dos seus neófitos. Exigem o pagamento do dízimo em dia e não permitem bebidas alcoólicas.

Numa autoavaliação, ainda bastante genérica, podemos afirmar que o encolhimento numérico dos fiéis é consequência da perda eclesial de “atratividade”. O que significa “atratividade eclesial”? Ela pode significar falta de coerência evangélica e de relevância sociopolítica para o mundo dos pobres-outros. As perdas estatísticas podem apontar para o espírito da época, que tem dificuldades de assumir compromissos a longo prazo, mas também para a perda de profundidade, de radicalidade e de credibilidade da nossa presença. Afinal, fizemos muitas promessas ao povo que não cumprimos.

## II. Lembrete das decisões já tomadas

Os delegados de Aparecida não se devem deixar guiar por estratégias mercadológicas nem precisam inventar novos paradigmas. Depois da missão colonial até o Vaticano II, depois do diálogo do Vaticano II, da libertação, da opção pelos pobres e da assunção da realidade como pressuposto da redenção, em Medellín (1968) e Puebla (1979), Santo Domingo (1992) procurou aprofundar o paradigma da inculturação. Bons textos e análises, incluindo os das respectivas

conferências episcopais, não faltam. Aparecida precisa apenas operacionalizar algumas das decisões tomadas desde o Vaticano II. As grandes contribuições, que a fila do povo e os próprios bispos-delegados especificaram desde Medellín, precisam ser realmente assumidas, recontextualizadas e transformadas em ações concretas para a construção de uma sociedade justa e solidária.

Essas contribuições, de conhecimento do povo e dos seus pastores, podem ser nucleadas como imperativos que emergem do evangelho:

— a assunção da realidade, compreendida como sinal de Deus no tempo, deve tornar-se novamente ponto de partida de qualquer reflexão teológica e ação pastoral, segundo o princípio de Santo Irineu: assumir para redimir (cf. Puebla 400);

— a opção pelos pobres, que pode ser aprofundada em duas direções: a) como opção pela pessoa de Jesus Cristo, que se identifica com os pobres (Mt 25); b) como opção pelos pobres e com os pobres, respeitando sua subjetividade e seu protagonismo na construção do Reino;

— o reconhecimento teológico-pastoral da Igreja local, que exige mudanças estruturais. A Igreja local precisa romper com qualquer tipo de tutela colonial e praticar a sua idade adulta;

— a ampliação, a descentralização e a reestruturação dos ministérios, para que, na prática pastoral, possam responder à diversidade sociocultural, à dispersão geográfica e à necessidade espiritual do povo de Deus;

— a participação qualitativa e diferenciada dos leigos, sobretudo das mulheres, na Igreja;

— a corresponsabilidade significativa do povo de Deus na escolha dos seus pastores, sem os formalismos democráticos da sociedade civil, porém com regras de participação estabelecidas;

— a formação dos agentes pastorais (diáconos, futuros padres, leigos) a serviço e na proximidade do povo simples e pobre;

— a continuidade e o aprofundamento do diálogo ecumênico e inter-religioso.

Tudo isso já foi decidido e textualmente assumido. A novidade de Aparecida pode emergir da assunção e operacionalização estrutural dessas decisões tomadas nas conferências anteriores. O povo de Deus está cansado de sempre novas conferências, análises e interpretações sem encaminhamentos concretos. Muitas propostas ficaram paradas no meio do caminho. Puebla lembra-nos: “Se não ajudamos a concretizar a libertação que Cristo conquistou na cruz, mutilamos a libertação de modo irreparável, e a mutilamos igualmente se esquecemos o eixo da evangelização libertadora, que é a que transforma o homem em sujeito de seu próprio desenvolvimento individual e comunitário” (Puebla 485).

Os delegados da V Conferência precisam ter clareza sobre os passos concretos que devem, podem e querem dar. A voz do povo está documentada, a interpretação da realidade está ao alcance de todos, a alteridade dos povos indígenas e dos afro-americanos está ameaçada, o grito dos pobres está no ar. Precisamos de um novo Pentecostes!

### **III. Fio teológico-pastoral condutor**

A fim de contribuir para o processo decisório em Aparecida, procuramos, a seguir, lembrar o fio teológico-pastoral condutor das reflexões missiológicas do Vaticano II, de Medellín, Puebla e Santo Domingo.

1. A missão da Igreja tem a sua origem na “missão de Deus” (missio Dei). Essa missão de Deus Trindade significa a abertura da relação intratrinitária que se concretiza, historicamente, na criação, na encarnação e na redenção (cf. AG 2ss). Por meio do envio de Jesus Cristo ao mundo, a “missão de Deus” adquiriu densidade, visibilidade e vulnerabilidade históricas. Jesus de Nazaré nos revela o rosto paterno e materno de Deus, um Deus misericordioso e justo. Ele caminha não só na frente e no meio de seu povo, mas se identifica com o setor mais vulnerável desse povo, até a sua parúsia (cf. Mt 25,31ss). A abertura da relação intratrinitária de Deus para a humanidade fragilizada constitui nova lógica nas relações entre Deus e a humanidade e entre as pessoas humanas. É a lógica de Deus-Amor, a lógica do dom (da graça, da gratuidade) e da doação (lava-pés e cruz como condensação do serviço).

2. O Vaticano II deixou marcas teológico-pastorais novas para a ação missionária da Igreja. Essa missionariedade não é mais algo exterior, uma entre muitas atividades. O Concílio definiu a missionariedade como parte integrante da identidade eclesial. A Igreja conciliar considera-se missionária por natureza (cf. AG 2) e definiu-se como povo de Deus, sacramento universal da salvação e mistério. O povo de Deus em seu conjunto, por sua natureza e vocação, é missionário. É chamado “para manifestar e comunicar a caridade de Deus a todas as pessoas e povos” (AG 10).

3. Nos processos da assunção do Vaticano II na América Latina e no Caribe, produziu-se um deslocamento do “ter missões” ao “ser missionário”; o deslocamento de uma Igreja que tem missões territoriais, pelas quais se fazem coletas e orações para que possam trazer a humanidade não cristã à Igreja Católica, para uma Igreja na qual a missionariedade representa uma orientação fundamental de todas as suas atividades. À luz dessa missionariedade, fazemos a leitura do “ser católico” como um “estar universalmente próximo” aos pobres-outros e como “responsabilidade para com o mundo” (AG 36b).

4. A Igreja povo de Deus vive essa responsabilidade em meio a conflitos estruturalmente produzidos pelo antiprojeto do Reino, o capitalismo. Esses conflitos têm o rosto humano concreto das vítimas (Puebla 31-41). Não basta condenar abusos do capitalismo neoliberal ou querer humanizá-lo. Ele representa o antiprojeto, que é o reino do pão não partilhado, do poder que não se configura como serviço, do privilégio que favorece a acumulação e do prestígio que organiza eventos de ostentação em vez de articular processos de transformação. O antiprojeto é a realização de tudo aquilo que está na períclope da tentação de Jesus no deserto (Lc 4,1ss). Essas tentações acompanham a Igreja em toda a sua história. Diante do mundo espetacular e conflituoso, esse povo peregrino, “avançando pela estreita via da cruz” (AG 1c), está ao lado das vítimas, dos pobres e dos outros.

5. A Igreja essencialmente missionária aprendeu os dois movimentos estruturantes de sua missionariedade com Jesus de Nazaré. São eles: CONVOCAR e ENVIAR. Convocar significa chamar as pessoas da dispersão desarticulada, de uma massa indefinida, de um sistema, de um aparato institucional para constituir comunidades de irmãs e irmãos e enviá-las ao mundo, anunciando a justiça do Reino. Aqui está também o sentido da vida comunitária de religiosos e religiosas e também das comunidades eclesiais de base e de todas as comunidades missionárias: congregar em função do envio e enviar em função de formar, nas comunidades, agentes do Reino.

6. Entre convocação e envio, configuram-se novos contornos formais da missionariedade da Igreja: proximidade na universalidade, ruptura em continuidade e unidade na diversidade.

a) A proximidade universal dá continuidade ao aggiornamento, pensado por João XXIII e pelos padres conciliares como princípio estruturante de uma leitura teológica inserida no tempo e no espaço. Proximidade aponta para a realidade dos pobres e para alternativas ao mundo globalizado, tão indiferente em face do diferente. Nessa realidade, os pobres representam a universalidade temporal e geográfica (“pobres sempre tereis”) e a contextualidade (inculturação, inserção) que desafiam a Igreja. Os pobres-outros não são contexto do evangelho, mas são seu texto universal. “Proximidade na universalidade” pode ser compreendida como alternativa à colonização cultural e à exclusão social. “Proximidade na universalidade” visa a uma nova compreensão da unidade, entendida como articulação de múltiplos projetos de vida com horizontes diferentes, mas não concorrentes.

b) Ruptura em continuidade é a proposta que emerge de um profundo discernimento da realidade. Ela aponta para a ruptura com o sistema do “lucro, logo existo”. Geralmente não conseguimos chegar além de rupturas simbólicas. Viver em continuidade com o mundo onde há trigo e joio, sem ser do mundo, representa uma conversão cotidiana. A gratuidade representa a ruptura simbólica sempre possível e nunca completa.

c) Unidade na diversidade representa a unidade no Espírito Santo com sua dimensão histórica e escatológica. É a articulação sempre precária dos diferentes num objetivo comum que tem muitos nomes: Reino de Deus, outro mundo possível (Fórum Social Mundial), Terra sem Males (índios guaranis). Unidade na diversidade aponta também para a dimensão ecumênica e macroecumênica (inter-religiosa) da natureza missionária da Igreja.

## **IV. Continuidade de compromissos e opções**

Da natureza missionária que se configura como responsabilidade para com o mundo, emergem os compromissos e opções concretas de uma Igreja povo de Deus, a qual, em sua coerência evangélica e fidelidade ao Reino, se torna boa notícia.

### **1. Converter-se ao Reino**

Converter-se ao Reino é tarefa de cada dia. Nessa tarefa, a Igreja “se evangeliza a si mesma” (EM 15) por meio da denúncia e da ruptura com o sistema que cria vítimas e do anúncio da boa-nova de outro mundo que se está gestando no meio de nós (cf. EN 15). Medellín, mas também Puebla e Santo Domingo, descreve essa ruptura em termos teológicos como “conversão”, “criação nova”, “opção pelos pobres” e “libertação”. Aparecida pode fazer a leitura da conversão em chave de “gratuidade”. A gratuidade reduz a nossa vulnerabilidade a um mínimo.

### **2. Caminhar com as vítimas e resgatar a sua memória**

A vida de todos os cristãos, nas mais diversas configurações sociais e culturais (jovens, idosos, empobrecidos, migrantes, classe média), está vinculada à causa dos pobres e dos outros, vítimas do antirreino hegemônico. Em seus discursos axiais da sinagoga de Nazaré (Lc 4), das bem-aventuranças (Mt 5) e do último juízo (Mt 25), Jesus é muito claro. Os protagonistas e o núcleo central de seu projeto, o Reino, são as vítimas (pobres, cativos, cegos, famintos, oprimidos, peregrinos estranhos, maltrapilhos, enfermos). Caminhar com as vítimas de ontem e hoje significa recordar, escutar e respaldar as suas vozes, numa proximidade inserida e inculturada e numa solidariedade até as últimas consequências.

Para pobres, excluídos e culturalmente outros, a memória do passado é um instrumento decisivo para a construção da identidade, a cicatrização das feridas e a mobilização da resistência. Ao insistir na brasa escondida do passado, toda a atividade missionária torna-se catalisadora de esperança. Quem está em paz com seu passado está preparado para essa missão sem fronteiras. A mensagem fundamental da missão é a esperança.

### **3. Os pobres, a epifania de Deus**

As vítimas não são apenas os protagonistas ou os destinatários do projeto de Deus; são lugar da epifania de Deus por excelência. No cristianismo, a questão social está estreitamente vinculada à da ortodoxia, e pecado significa indiferença em face da exploração dos pobres e do desprezo que sofrem. Neles, a Igreja reconhece “a imagem de seu fundador pobre e sofredor” (LG 8c).

A Igreja só tem uma doutrina suficientemente verdadeira na proximidade aos pobres. Existe uma vinculação entre verdade e pobreza. No cristianismo, essa pobreza do próprio Deus tem muitos nomes: encarnação e presépio, cruz e sepulcro vazio, pão eucarístico. Num belo texto, o então Cardeal Ratzinger escreveu: “A pobreza é a verdadeira aparição divina da verdade”[2]. À luz da teologia latino-americana, faríamos um acréscimo: a pobreza vivida pelos pobres e diferentes, pelos que sofrem e pelos migrantes. Sobretudo os migrantes de hoje representam Jesus Cristo em seu despojamento radical. Eles são portadores do evangelho do caminho. Uma Igreja a caminho é uma Igreja simples, transparente e pascal.

### **4. Práticas significativas de participação**

Reconhecer o outro-pobre em sua dignidade e alteridade significa inclusão e participação. Puebla dedicou uma das cinco partes de suas Conclusões à “comunhão e participação” (Puebla 563-891). Impulsionar práticas significativas de participação do povo de Deus é expressão coerente da natureza missionária da Igreja. Essa participação e partilha fraterna dos serviços e poderes vão dinamizar a opção pelos pobres mediante uma opção com os pobres, que são porta para a Vida.

### **5. Viver a gratuidade como atitude pascal**

Seguir Jesus no Espírito Santo significa viver a gratuidade como atitude pascal. O evangelho da graça faz-se presente em todas as formas de doação da vida como abertura ao Reino: no diálogo inter-religioso, na presença silenciosa, no testemunho, na contemplação e na ação, na solidariedade, na misericórdia e na justiça, enfim, na proclamação da palavra da vida (cf. EN 22). A gratuidade, como condição da não violência, da paz e da esperança de que outro mundo — sem a lógica de custo-benefício — é possível, é antecipada na celebração dos sacramentos como ritos de iniciação e transformação.

## **V. Quo vadis, Aparecida?**

De acordo com a lenda, num tempo de grandes perseguições aos primeiros cristãos, São Pedro, com medo do martírio iminente, fugiu da capital do império. Na Via Áppia, já a alguns quilômetros de Roma, enxergou de longe o Cristo indo ao seu encontro, carregando a cruz. E Pedro perguntou ao mestre: “Aonde vais, Senhor (quo vadis, domine)?” Jesus respondeu: “Vou carregar mais uma vez a cruz, em teu lugar, porque tu abandonaste o meu povo”.

Aonde irás, Aparecida? Vais assumir mais algumas promessas para depois não cumprilas? Resistirás à lógica do mundo com suas estruturas de exclusão e consumo privilegiado? Haverá, em Aparecida, conversão ao Reino? Conversão ao Reino significa novamente sentir o sopro do Espírito e assumir seus dons como tarefas. E esses dons apontam a) para a assunção dos pobres na gratuidade, como resistência à exclusão e à lógica de custo-benefício, e b) para a assunção dos outros na diversidade articulada como “unidade do Espírito Santo” em construção.

Diante dos desejos de acúmulo e exclusão, o Espírito Santo aponta para a partilha, a gratuidade e a assunção da diversidade. Os dons de Deus multiplicam-se à medida que são gastos. Caminhar é a forma mais radical da partilha. No desapego do caminho e na riqueza da diversidade dos encontros está a possibilidade de um mundo novo. Os delegados de Aparecida, com coragem, sabedoria e despojamento pessoal, podem abrir novos caminhos para as Igrejas latino-americanas e do Caribe.

Segundo Santo Agostinho, o Espírito Santo é Deus no gesto do dom.[3] Na tradição da Igreja, o mesmo Espírito é chamado de “pai dos pobres” (Sequência de Pentecostes) e, na Redemptoris Missio, “o protagonista de toda a missão eclesial” (RM 21b). Diante de uma dificuldade da Igreja Católica — como lidar com o pentecostalismo? —, emerge como guia de uma solução o Espírito Santo, que aponta para a missionariedade, a gratuidade e os pobres-outros. Nele coincidem a missão ad gentes e a missão ad pauperes.

A gratuidade é a maneira de Deus agir. Nele tudo é graça, generosidade e misericórdia. Os pobres-outros são os escolhidos para sustentar e transformar o mundo. Quem os envia é o Espírito Santo. Nesse mesmo Espírito Santo, Maria Aparecida profetiza essa transformação: Deus “dispersou os homens de coração orgulhoso. Depôs poderosos de seus tronos e exaltou os humildes. Cumulou de bens a famintos e despediu ricos de mãos vazias” (Lc 1,51ss).

A gratuidade impulsiona-nos à simplicidade. Num mundo competitivo e excludente, onde tudo vale somente pelo seu preço de mercado, a essência do cristianismo está vinculada à derrota do reino da necessidade pela cruz de Cristo e à recuperação de um espaço alternativo de não mercado e gratuidade. Com a cruz, o cristianismo dispensa a necessidade de outros sacrifícios redentores e rejeita todo poder que exige sacrifícios e cria vítimas. O “sacrifício” pós-pascal é “memória”, “ação de graças” (eucaristia) e “solidariedade com os sacrificados” até os confins do mundo e na “unidade do Espírito Santo”.

Aonde vais, Aparecida? O povo de Deus espera sinais de justiça, gestos de coragem e decisões de inclusão (participação) eclesial, a fim de não fugir do império, mas transformá-lo.

-----  
[1] Cf. O Estado de S. Paulo, 10/12/2006, A32.

[2] RATZINGER, J. “Der Dialog der Religionen und das jüdisch-christliche Verhältnis”. In: —. Die Vielfalt der Religionen und der Eine Bund. 3ª ed. Bad Tölz: Urfeld, 2003, p. 116.

[3] AGOSTINHO. A Trindade. Livro XV, nº 29.

Paulo Suess

---

Publicado na REVISTA PASTORAL em Maio-Junho de 2007 (pp. 3-8)

<http://vidapastoral.org.br/lugar-da-missao-em-aparecida.html>